TL5993

CDPM - Comissão para os Direitos do Povo Maubere

18 anos em Defesa da Liberdade em Timor Leste

Criada em Portugal, em Junho de 1981, a Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM) surge da congregação de esforços de um grupo de portugueses em promover a defesa do povo de Timor Leste, sujeito a extermínio físico e cultural na sequência da invasão indonésia de 7 de Dezembro de 1975.

Portugal democrático, surgido da Revolução do 25 de Abril de 1974, prometeu a Timor Leste, sua antiga colónia, o início de um período de transição que conduziria o território a um futuro estatuto, cujos contornos deveriam ser definidos pelo seu próprio povo. Mas o exercício do prometido direito à autodeterminação não viria a tornar-se realidade, espezinhado pela invasão militar Indonésia, o poderoso vizinho que procedeu à anexação formal do território em Julho de 1976.

Condenada a invasão pelas Nações Unidas e pela generalidade da Comunidade Mundial, a anexação nunca viria a ser reconhecida internacionalmente, mantendo Timor à luz do Direito o estatuto de território não-autónomo sob administração portuguesa.

A criação da CDPM surge, pois, da indignação e da revolta de um conjunto de cidadãos portugueses que, face ao sofrimento do povo de Timor Leste, ao silêncio comprometedor de muitos responsáveis políticos e governos, à impotência da ONU em reverter uma situação inaceitável, decidiram actuar no campo da informação assente no rigor, na denúncia das atrocidades, na defesa de um povo indefeso, partilhando de uma visão fundada no respeito pela universalidade dos Direitos Humanos e na convicção de que o Direito Internacional é instrumento essencial desses mesmos direitos. Muitos dos seus membros fundadores haviam já participado, desde 1975, em muitas acções em prol dos direitos do povo de Timor Leste.

Em 1981, na sequência da realização em Lisboa de uma Sessão Especial do Tribunal Permanente dos Povos sobre Timor Leste, é criada a CDPM, composta exclusivamente por voluntários e sem fins lucrativos, que é acolhida nas instalações do CIDAC - Centro

de Informação e Documentação Amílcar Cabral, ONG respeitada pela defesa intransigente dos direitos dos povos das ex-colónias portuguesas. Na mesma altura constituem-se delegações no Porto, Braga e Coimbra.

Ao longo de 18 anos de trabalho, a CDPM atravessou diversas fases, consoante as diferentes exigências impostas pelo desenvolvimento da situação ou diferentes objectivos específicos a que a organização se propôs face à avaliação de cada momento.

O cenário em que se desenvolveram os primeiros anos de existência da CDPM caracterizou-se por dois dados marcantes: escassez de informação e desconhecimento/desinteresse que a generalidade da classe política, os Media e *opinion-makers* manifestavam face à questão de Timor Leste.

O trabalho iniciou-se com a **recolha, tratamento e difusão de informação.** Rigor e idoneidade foram, desde sempre, normas de conduta da actividade da CDPM. Para o efeito foram criadas três publicações periódicas:

- a revista **FUNU** (1981-1990), editada em português com periodicidade variável;
- o boletim mensal **TIMOR LESTE** (1986-1999), em português, que incluía reprodução de documentos originais de fontes em Timor, análise e comentário;
- A folha **EAST TIMOR NEWS** (1987-1992), editada em inglês, cujo objectivo era divulgar noutros países a informação que chegava a Portugal.

Durante esses anos estabeleceram-se também as bases para a intervenção da CDPM nas áreas da Informação/Formação e do **lobbying político**, de modo a construírem-se pontes junto dos poderes de decisão, e **acções de informação sistemática** junto dos meios de comunicação.

A nível internacional, houve a preocupação (nem sempre conseguida) de garantir uma presença, quer em termos de acompanhamento quer na preparação das intervenções em todos os *fora* internacionais — em particular, a Comissão de Direitos Humanos e a Sub-Comissão de Luta contra a Discriminação e Protecção das Minorias das Nações Unidas, e o Comité de Descolonização — cuja intervenção poderia contribuir para a resolução do problema de Timor Leste.

É entretanto aberto ao público o **Centro de Documentação da CDPM**.

Com a divulgação das imagens do massacre de Santa Cruz (12 de Novembro de 1991) e a prisão de Xanana Gusmão, Timor passa a constituir, em Portugal, uma Causa nacional e a figurar na agenda política internacional.
A CDPM **promove e apoia a criação** de grupos de solidariedade noutros países e a participação activa nas redes de solidariedade internacionais. Em Portugal, desde o início que a CDPM havia procurado manter colaborações pontuais ligadas a projectos específicos com outras organizações, mantendo relações de estreita colaboração com o CIDAC e a Associação ecuménica «A Paz é Possível em Timor Leste». No exterior, a relação mais permanente deu-se com a Tapol (The Indonesian Human Rights Campaign), organização com sede no Reino Unido.

Destacam-se dois projectos:

- **Formação do IFET** - International Federation for East Timor, da qual a CDPM é fundadora, e que tem representação junto das Nações Unidas em Nova Iorque, congregando hoje 35 grupos distribuídos por 22 países.
- **Criação de um *newsgroup* na *internet***, exclusivamente dedicado ao acompanhamento da questão de Timor Leste.

Em 1993 a CDPM contribui para a concepção de **uma emissão da RDP Internacional para Timor Leste**, e promove a **Comissão Luso-Timorense "Liberdade para Xanana, Liberdade para Timor"**.
Entre 1994 e 1997, dedica grande parte dos seus esforços à **reformulação da política de acolhimento da comunidade timorense em Portugal**, no sentido de contribuir para o reforço da capacidade de intervenção dos timorenses, tendo para **tal criado o Centro para a Cidadania Timorense** em parceria com o CIDAC.

Com a nova visibilidade internacional da situação, a Indonésia cede perante a comunidade internacional, aceitando as propostas das Nações Unidas. Este facto vem alterar a actuação da CDPM. A avalanche de informação que chega do território e daquela região asiática leva à **criação do Observatório Timor Leste**, destinado a recolher e tratar a informação sobre a nova fase de transição, estudar com detalhe e rigor

casos específicos, divulgar à opinião pública pesquisas efectuadas e efectuar recomendações que contribuam para a solução do problema.

Agora que finalmente o povo maubere se pronunciou inequivocamente nas urnas, a ocupação do território pela Indonésia terminou e a Comunidade Internacional, através da UNTAET, chamou a si a condução da governação do destruído território até que a independência se concretize, a CDPM tem pela frente novos e não menos exaltantes desafios. Para o futuro próximo, para além de dar continuidade ao trabalho desenvolvido no campo da informação isenta e objectiva, a CDPM irá levar a cabo a realização do projecto **Formação de Defensores dos Direitos Humanos em Timor Lorosae**, em parceria com a Fundação Hak - Lei, Direitos Humanos e Justiça (sediada em Timor) e com o PBHI - Associação Indonésia de Ajuda Legal e Direitos Humanos (sediada em Jacarta).

Passados estes 18 anos em que à CDPM demos muito de nós próprios, olhando para trás, importa dizer: valeu a pena. Orgulhamo-nos do trabalho que realizámos. Neste final do século, quando o Mundo se prepara para entrar no próximo milénio, fraternidade e solidariedade não podem ser palavras sem sentido, sem expressão prática. O herói desta longa saga é, sem dúvida, o corajoso Povo de Timor Leste, Timor Lorosae, com quem ao longo de quase duas décadas estreitamente convivemos e cuja coragem, orgulho e determinação foram para nós e para o Mundo uma enorme lição. Nesta hora de alegria e comemoração curvamo-nos perante a memória dos mais de 200 mil mortos timorenses vítimas da invasão perpetrada pela ditadura militar Indonésia.